SUMÁRIO

Prefácio da 1ª edição, xv

1 Procedimento e processo administrativo fiscal, 1

1.1 Nota introdutória, 1

1.2 Procedimento e processo administrativo, 1

1.3 Princípios que informam os processos administrativos federais, 3

1.3.1 Administração Pública – prazo para rever seus próprios atos – decadência, 3

1.3.2 Processo Administrativo Fiscal federal: alterações, 4

1.4 Estrutura do CTN, 5

1.5 Obrigação tributária – CTN, art. 113, 6

1.6 Fato gerador – CTN, art. 114, 6

1.7 Crédito tributário – CTN, arts. 139 a 141, 6

1.8 Lançamento tributário – CTN, art. 142, 7

1.8.1 Natureza jurídica, 7

1.8.2 Eficácia declaratória ou constitutiva – doutrinas, 8

1.8.3 Base de cálculo em moeda estrangeira – CTN, art. 143, 8

1.8.4 Lançamento reporta-se ao fato gerador – CTN, art. 144, 9

1.8.5 Lançamento notificado – alteração – CTN, art. 145, 9

1.8.6 Modificação nos critérios jurídicos – CTN, art. 146, 10

1.9 Modalidades de lançamento, 12

1.9.1 Lançamento por declaração – CTN, art. 147, 12

1.9.1.1 Retificação pelo contribuinte – CTN, arts. 147, § 1º e 160, 13

1.9.1.2 Retificação de ofício – CTN, art. 147, § 2º, 13

1.9.1.3 Lançamento em face de dados inexatos – CTN, art. 148, 14

1.9.2 Lançamento de ofício – CTN, art. 149, 15
1.9.2.1 Lançamento de ofício propriamente dito, 16
1.9.2.2 Lançamento em face da revisão efetuada pelo Fisco, 16
1.9.3 Lançamento por homologação – CTN, art. 150, 17
1.9.3.1 Homologação expressa – exemplo, 19
1.9.3.2 Débito não pago – exigibilidade imediata, 20
1.10 Lançamento existente em todos os tributos, 21
1.11 Lançamento quando a questão é posta em juízo, 22
1.12 Decadência e prescrição, 23
1.12.1 Conceito e distinção, 26
1.12.2 Efeitos provocados pela EC nº 8/77, 27
1.13 Prazo para decidir administrativamente, 27
1.14 Prescrição intercorrente, 29
1.15 Extinção do crédito tributário, 29
1.16 Motivação no processo administrativo e judicial, 31
1.17 Controle administrativo da legalidade do ato – verdade real ou material, 32
1.18 Prazo para guarda de documentos, 32
1.19 Ampla defesa e devido processo legal, 33
1.20 Depósito para recurso administrativo, 35
1.21 Contribuições previdenciárias – Processo administrativo e judicial – concomitância: impossibilidade, 35
1.22 Prova emprestada, 35
1.23 Consulta fiscal, 36
1.24 Denúncia espontânea da infração – CTN, art. 138, 37
1.25 Controle de constitucionalidade pelo tribunal administrativo, 39
1.26 Julgador: responsabilidade por seus atos, 43
1.27 Preclusão e coisa julgada administrativa, 45
1.27.1 Preclusão administrativa, 45
1.27.2 Coisa julgada administrativa, 45
1.28 Desistência no processo administrativo para ir ao Judiciário, 46
1.29 Recurso de ofício – limites, 49
1.30 Crédito tributário – resumo esquemático, 50
1.31 Processo Administrativo Fiscal Federal – Resumo esquemático, 51
1.32 Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, 55

2 As ações judiciais no CPC – Recursos extraordinário e especial – Controle de constitucionalidade das leis, 56
2.1 Introdução, 56
2.2 Ações judiciais tributárias – depósito prévio, 56
2.3 Ação civil pública, 57
2.4 Coisa julgada formal e material, 58

2.4.1 Coisa julgada – limites objetivos e subjetivos, 59
2.5 Preclusão, 61
2.6 Erro de cálculo e sentença de mérito, 62
2.6.1 Petições judiciais – formulação – trâmite eletrônico, 63
2.6.2 Ementa que não condiz com o acórdão – comprovação da divergência, 64
2.6.3 Tutela antecipada, 64
2.7 RE e REsp – aspectos básicos, 65
2.7.1 RE e REsp na CF/88 – Arts. 543-B e 543-C do CPC, 66
2.7.2 RE – demonstração da repercussão geral, 68
2.7.3 Súmula vinculante, 71
2.7.4 O que devem conter o RE e o REsp – Art. 541 do CPC, 71
2.7.5 Esgotamento das vias ordinárias, 72
2.7.6 Embargos de declaração e prequestionamento, 72
2.7.7 Controle de constitucionalidade – art. 97, CF/88, 74
2.7.8 RE pelas letras *a*, *b* e *c* do art. 102, III, CF/88, 75
2.7.9 RE e interposição simultânea com REsp, 75
2.7.10 REsp em tema de fundo eminentemente constitucional, 77
2.7.11 RE ou REsp inadmitido – Agravo de Instrumento. O "ARE" substitui o "AI", 78
2.7.12 Embargos, 80
2.7.13 Efeito devolutivo e cautelar, 81
2.7.14 Questão prejudicial, 82
2.7.15 RE – Questões de fato, 83
2.7.16 O STJ no controle difuso de constitucionalidade, 84
2.7.17 STF – Não publicação do acórdão – efeitos, 85
2.7.18 Súmulas do STF e do STJ, 86
2.7.19 Agravo regimental, agravo legal e agravo interno, 86
2.8 Recurso retido e destrancamento, 87
2.9 Contrarrazões ao recurso, 89
2.10 Controle de constitucionalidade das leis, 89

3 A Fazenda Pública em juízo, 91
3.1 Introdução, 91
3.2 Alcance da expressão, 93
3.3 Foro competente, 94
3.4 Duplo grau de jurisdição obrigatório, 95
3.5 Intimação pessoal, 96
3.6 Crédito tributário: não constituição, não interposição de recursos ou desistência, 97
3.7 Dispensa de créditos tributários de reduzido valor, 99
3.8 Execução fiscal: arquivamento ou extinção, 99
3.9 Custas, emolumentos, taxas e depósito prévio, 100

3.10 Honorários do perito, 101
3.11 Execuções não embargadas pela Fazenda Pública – honorários, 101
3.12 Autenticação de cópias reprográficas, 102
3.13 Execução contra a Fazenda Pública e Precatório, 103
3.13.1 Tutela de urgência (antecipada ou cautelar) contra a Fazenda Pública, 104
3.14 Restituição de impostos – não cabimento de recurso de ofício, 108
3.15 Certidões pela Internet, 108
3.16 Acordo ou transação em juízo, 108
3.17 Suspensão de segurança, 109
3.17.1 Legislação básica, 113
3.17.2 Processamento da SS em MS, 114
3.17.3 Jurisprudência, 115
3.18 Responsabilidade do parecerista – LC nº 73/93, 116

4 Ação declaratória, 118
4.1 Conceito, 118
4.2 Ação declaratória e ação anulatória: distinção, 120
4.3 Tutela antecipada, 121
4.4 Depósito em ação judicial, 121
4.5 Limites da coisa julgada fiscal, 123
4.6 Prescrição, 124
4.7 Correção monetária, 124
4.8 Direito de crédito e o art. 166 do CTN, 125

5 Ação anulatória do ato declarativo da dívida, 126
5.1 Aspectos gerais, 126
5.2 Depósito preparatório, 127
5.2.1 Depósito administrativo ou judicial, 128
5.2.2 Juros , 129
5.3 Foro competente, conexão e continência, 129
5.4 Jurisprudência, 131

6 Ação de consignação em pagamento, 132
6.1 Introdução, 132
6.2 A disposição no CTN, 132
6.3 Quem pode consignar, 134
6.4 Foro competente, 134
6.5 Referências jurisprudenciais, 134

7 Ação cautelar, 137
7.1 Aspectos gerais, 137
7.2 Depósito, 140

7.3 Foro competente, 142
7.4 Cautelar na pendência do juízo de admissibilidade de recurso extraordinário, 142

8 Ação de mandado de segurança, 147
8.1 O Mandado de Segurança na CF/88 e o art. 1º da Lei nº 12.016/09, 147
8.1.1 Direito líquido e certo e prova pré-constituída, 150
8.1.2 Ilegalidade ou abuso de poder, 154
8.1.3 Violação ou justo receio – MS preventivo ou repressivo, 155
8.1.4 MS contra ato concreto ou lei em tese, 156
8.1.5 Desistência no MS: possibilidade de renovar, ou não, a pretensão, 157
8.2 Art. 2º da Lei nº 12.016/09 – Hipóteses em que a competência para a Ação do MS é federal, 158
8.3 Art. 3º da Lei nº 12.016/09 – Terceiro em condições idênticas, 159
8.4 Art. 4º da Lei nº 12.016/09 – MS em casos urgentes – Procedimento, 160
8.5 Art. 5º da Lei nº 12.016/09 – Hipóteses em que não se concederá MS, 161
8.6 Art. 6º da Lei nº 12.016/09 – Petição inicial – Autoridade coatora, 164
8.7 Art. 7º da Lei nº 12.016/09 – Despacho da inicial – Agravo de Instrumento, 167
8.8 Art. 8º da Lei nº 12.016/09 – Obstáculos ao normal andamento do processo, 170
8.9 Art. 9º da Lei nº 12.016/09 – Remessa do mandado citatório à entidade subordinante, 170
8.10 Art. 10 da Lei nº 12.016/09 – Indeferimento da inicial – Apelação – Litisconsorte ativo, 171
8.11 Art. 11 da Lei nº 12.016/09 – Execução de tarefas pelo serventuário do Cartório, 173
8.12 Art. 12 da Lei nº 12.016/09 – Parecer do Ministério Público – Conclusão dos autos, 173
8.13 Art. 13 da Lei nº 12.016/09 – Mandado concedido – Transmissão da sentença, 173
8.14 Art. 14 da Lei nº 12.016/09 – Apelação – Sentença sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição, 174
8.15 Art. 15 da Lei nº 12.016/09 – Suspensão de Segurança – Grave lesão, 175
8.16 Art. 16 da Lei nº 12.016/09 – Competência originária dos tribunais – Liminar – Agravo de Instrumento, 176
8.17 Art. 17 da Lei nº 12.016/09 – Decisões – Não publicação do acórdão no prazo de 30 dias – Substituição por notas taquigráficas, 177
8.18 Art. 18 da Lei nº 12.016/09 – Decisões proferidas em única instância pelos tribunais – Recursos cabíveis, 177
8.19 Art. 19 da Lei nº 12.016/09 – Mérito não decidido – Possibilidade de propor ação própria, 179
8.20 Art. 20 da Lei nº 12.016/09 – Processos de MS – Prioridade, salvo *Habeas Corpus*, 179
8.21 Arts. 21 e 22 da Lei nº 12.016/09 – MS coletivo, 180
8.21.1 O objeto tutelado no MSC – Direitos coletivos e individuais homogêneos, 182

8.22 Art. 23 da Lei nº 12.016/09 – MS – Decadência em 120 dias, 185
8.23 Art. 24 da Lei nº 12.016/09 – Litisconsórcios – Aplicação do CPC, 186
8.24 Art. 25 da Lei nº 12.016/09 – Descabimento dos Embargos Infringentes e dos honorários advocatícios, 189
8.25 Art. 26 da Lei nº 12.016/09 – Não cumprimento das decisões – Crime de desobediência, 190
8.26 Art. 27 da Lei nº 12.016/09 – Regimentos Internos e Leis de organização judiciária – adaptação, 192
8.27 Art. 28 da Lei nº 12.016/09 – Vigência da Lei do MS, 193
8.28 Art. 29 da Lei nº 12.016/09 – Revogações, 193
8.29 Nota final, 194

9 Ação de repetição do indébito tributário, 195
9.1 Art. 165 do CTN, 195
9.2 Art. 166 do CTN, 197
9.3 Prazo para restituição, 201
9.4 Compensação – restituição – juros – correção monetária, 203
9.5 Precatório: art. 730 do CPC, 206
9.5.1 Precatório e juros de mora, 207
9.6 Juntada de documentos à petição inicial, 208

10 Ação de execução fiscal, 210
10.1 Considerações gerais, 210
10.2 Certidão da Dívida Ativa – CDA, 213
10.3 Exceção de pré-executividade, 216
10.4 Processo administrativo fiscal – Juntada, 217
10.5 Responsabilidade tributária do sócio. Penhora, 219
10.6 Embargos do devedor, 225
10.6.1 Prazo, 228
10.7 Embargos de terceiro, 229
10.8 Meação do cônjuge, 230
10.9 Duplo grau de jurisdição, 232
10.10 Recursos, 233
10.11 Honorários advocatícios. Encargo do Decreto-lei nº 1.025/69, 234
10.12 Prescrição: interrupção e suspensão, 236
10.12.1 Prescrição intercorrente, 237
10.26 Fluxograma das fases da execução fiscal, 238

11 Ação cautelar fiscal, 242
11.1 Considerações gerais, 242
11.2 Medida cautelar fiscal preparatória ou incidental, 243
11.3 Foro competente, 243
11.4 Jurisprudência, 244

12 Ação rescisória, 247
12.1 Introdução, 247
12.2 Natureza jurídica, 249
12.3 Código Tributário Nacional, 250
12.4 Súmula 343 do STF, 250
12.5 Objeto, 254
12.6 Legitimidade ativa, 254
12.7 Petição inicial e foro competente – Procuração, 254
12.7.1 Tutela cautelar ou antecipatória, 257
12.8 Juízes julgadores, 258
12.9 Prazo – decadência, 258
12.10 Valor da causa, 259
12.11 Recursos, 259
12.12 O erro de fato, 260

13 Poderes de fiscalização e sigilo bancário – elisão e evasão fiscais, 262
13.1 Elisão e evasão fiscais, 262
13.2 Elisão fiscal: exemplo, 264
13.3 Simulação: exemplo, 265
13.4 Sonegação, fraude e conluio: conceito legal, 266
13.5 Elisão e evasão fiscais: conclusões do XIII simpósio, 266
13.6 Presunções e ficções tributárias: conclusões do IX simpósio, 267
13.7 Regime especial de fiscalização, 268
13.8 Sigilo fiscal e bancário, 269
13.8.1 Representação para fins fiscais e penais, 273
13.8.2 Jurisprudência, 274
13.8.3 Disposições constitucionais e legais, 278

ANEXOS, 279

1. CRUZEIRO – UFIR – CRUZEIRO REAL – URV – REAL, 279

2. ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA – FINALIDADE, 280

3. SÚMULAS DO STF E DO STJ, 281

4. ÍNDICES

4.1 Modelos de petições e recursos administrativos e judiciais (material disponível no *site* www.EditoraAtlas.com.br), 289

4.2 Índice remissivo (conteúdo discriminado neste sumário)

5. ESTUDOS DE CASOS PRÁTICOS
(material disponível no *site* www.EditoraAtlas.com.br)

5.1 Sigilo de dados bancários – Receita Federal. MS/PR – MC na AC 33-5/PR – RE 389.808/PR

5.2 Ação anulatória de débito fiscal cumulada com pedido de antecipação de tutela, objetivando anulação de auto de infração